

SEI nº 0060601067.000075/2023-19

**Assunto:** Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade nº 18/2023

**Imputada:** W. B. DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 09.079.072/0001-40

### **DECISÃO FINAL**

Considerando-se os elementos apresentados nos autos do Processo Administrativo nº 18/2023 cujo objeto é a apuração dos apontamentos da Comunicação nº 10/2023 (doc. 43440175), referente à Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023;

Considerando-se todas as provas, documentos e argumentos apresentados, a observância ao princípio do consequencialismo, bem como a Portaria Diretoria nº 18/2023 (doc. 43436660), o Diretor-Geral de Gestão (DGG), na qualidade de autoridade administrativa e no exercício de suas atribuições legais, decide:

### **DOS FATOS**

Após análise do Processo Administrativo nº 18/2023, observa-se que a Comissão Permanente de Processos Administrativos (CPPA) adotou como providências iniciais a intimação com AR da empresa W. B. DE OLIVEIRA ME, em 21/11/23, conforme rastreio dos Correios (doc. 44026288), com o envio, em anexo, dos seguintes instrumentos: Capa (doc. 43436680), Termo de Autuação (doc. 43437009), Nota de Imputação (doc. 43437432), Intimação (doc. 43438116), dando-lhe plena ciência dos documentos que embasaram a instauração do Processo Administrativo em epígrafe.

Nessa oportunidade, foi informado à W. B. DE OLIVEIRA ME que os descumprimentos poderiam ensejar:

- “(i) multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais; e/ou
- (ii) impedimento de licitar e contratar com a ADEPE, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos.”

A W. B. DE OLIVEIRA ME apresentou Defesa Prévia tempestiva (doc. 43972397), conforme o código de rastreio (doc. 43972473). Após o recebimento da Defesa Prévia, a Comissão Permanente de Processos Administrativos (CPPA) deu início à fase instrutória.

A fase instrutória foi encerrada com a emissão do Relatório Final (doc. 46454921), conforme a Certidão de Encerramento das Apurações (doc. 51161146), sendo realizada a intimação da empresa imputada para apresentação das Alegações Finais, conforme o rastreio dos correios (doc. 47180503).

No Relatório Final (doc. 46454921), com base no princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, a CPPA posicionou-se pela adoção das seguintes medidas referente ao descumprimento referente à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023:

- “a) Multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a ADEPE, por prazo de até 2 (dois) anos.”

A W. B. DE OLIVEIRA ME apresentou as Alegações Finais tempestivamente, conforme a Certidão (doc. 47229233).

A empresa está ativa, conforme a situação do CNPJ (doc. 53519079).

Posteriormente, o Processo Administrativo nº 18/2023 foi remetido à DGI para prolação da Decisão Final, conforme o Despacho (doc. 51193617).

### **DO MÉRITO**

As informações trazidas pela Comunicação nº 10/2023 (doc. 43440175) da Comunicação Permanente de Licitação (CPL) sobre os fatos demonstram que a instauração do Processo Administrativo nº 18/2023 era imprescindível para apurar os apontamentos dessa Comunicação, havendo justificativa plausível para a abertura desse Processo Administrativo.

A Comunicação nº 10/2023 (doc. 43440175) solicitou à CPPA a apuração referente à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023.

Dessa forma, subsiste para a Administração Pública o dever de fiscalizar de forma efetiva suas relações com particulares, não

podendo dispor ou abdicar de seu dever de apurar e punir eventuais inobservâncias e descumprimentos.

Nesse sentido, após análise minuciosa dos autos do Processo Administrativo nº 18/2023, verificou-se que a empresa imputada desistiu da/do sua/seu própria/o própria/lance, conforme a negociação que a Coordenadora da Disputa tentou fazer com essa licitante. Vejamos:

24/05/2023 13:29:41:161	COORDENADOR DA DISPUTA	Prezado representante da W. B. DE OLIVEIRA ME, em sede de negociação, nos termos no subitem 6.14 do Edital, é possível apresentar um melhor preço?
24/05/2023 14:31:48:455	W. B. DE OLIVEIRA ME	Cara Pregoeira, pelo preço ofertado não temos condição nenhuma de fornecer os serviços prestados, a licitação é sobre demanda com numero referencial de 300mil ingresso e demais serviços, porém na prática a feira não deva ter nem 60% desta demanda.
24/05/2023 14:32:41:344	W. B. DE OLIVEIRA ME	Com isso o valor final a ser recebido pelos serviços deve ser então de aproximadamente 60% da oferta de 110mil, desta forma é inesequível a realização do serviço.

Mostrando de 41 até 50 de 54 registros

Primeiro Anterior 2 3 4 5 6 Próximo último

Lista de mensagens

10 resultados por página

Pesquisar

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
24/05/2023 15:02:35:214	W. B. DE OLIVEIRA ME	Não temos condição de executar os serviços com esse valor.
24/05/2023 16:29:12:895	COORDENADOR DA DISPUTA	Esta Coordenadora da Disputa registra que a primeira arrematante não apresentou documentação de qualificação técnica, não ajustou proposta de preços e não enviou planilha de exequibilidade, o que a fez ser desclassificada.
24/05/2023 16:30:22:904	COORDENADOR DA DISPUTA	A segunda colocada registrou em sede de negociação que não tem condições nenhuma de fornecer os serviços prestados pelo preço que o mesmo ofertou para o certame, sendo também desclassificado.
24/05/2023 16:30:52:229	COORDENADOR DA DISPUTA	Com isso, as duas proponentes desclassificadas, esta Coordenadora da Disputa declara o certame em tela FRACASSADO.

Mostrando de 51 até 54 de 54 registros

Primeiro Anterior 2 3 4 5 6 Próximo último

Diante de todo o exposto, analisadas as documentações acostadas ao processo, pode-se perceber que a empresa infringiu o disposto nos itens 14.1.6 e 14.1.7 do Edital de Licitação Processo nº 020/CPL/2023 Licitação Eletrônica nº 009/2023, por: (i) não ter apresentado a documentação exigida no certame; e (ii) não ter mantido sua proposta.

À vista disso, a empresa imputada não apresentou tanto na Defesa Prévia (docs.43972397) quanto nas Alegações Finais (doc. 47225319) justificativas razoáveis relacionadas à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023.

Assim, apreende-se a reprovabilidade da conduta praticada pela licitante W. B. DE OLIVEIRA ME, que não apresentou motivo justo, devidamente comprovado e decorrente de fato superveniente para ter desistido da proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023, a qual não possuiu nenhum flagrante erro que fundamentasse uma possível aceitação, pela Coordenadora da Disputa, do pedido desistência dessa licitante.

## DA CONCLUSÃO

Conforme se infere do conjunto probatório carreado nos autos, é incontroverso o prejuízo causado pela empresa W. B. DE OLIVEIRA ME à ADEPE em não ter apresentado a documentação solicitada no certame e não manteve a sua proposta, visto que ensejou o fracasso licitatório, sem, inclusive, a ADEPE concorrer para esse fato. Além disso, conforme análise do Relatório Final (doc. 46454921), não foram identificadas atenuantes à conduta praticada pela empresa imputada. Assim, no exercício do poder discricionário conferido a esta autoridade administrativa, com base no princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, **decido seguir as sanções propostas pela CPPA, no Relatório Final (doc. 46454921), referentes à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023:**

- (i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a ADEPE pelo **prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de assinatura desta Decisão Final;** e
- (ii) Multa estipulada no valor total de **R\$ 50.642,58** (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 8,57% (oito vírgula cinquenta e sete por cento) do valor estimado para a contratação, pela infração aos itens 14.1.6 e 14.1.7 do Edital de Licitação (43440323), calculada da seguinte forma:
  - a) 14.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame - multa no valor de R\$ 25.321,29 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos); e
  - b) 14.1.7 - Não manter a proposta - multa no valor de R\$ 25.321,29 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos).

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Decisão Final é recorrível, conforme o art. 33 do Decreto nº 42191/2015, sendo concedido à W. B. DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 09.079.072/0001-40, que está ativa, para realizar a **interposição de Recurso Administrativo no prazo de 5 (dez) dias úteis, contados do recebimento desta Decisão, conforme as alíneas "b" e "c" do art. 3º do Decreto nº 42.191/2015.**

Informa-se que todos os documentos necessários ao Recurso Administrativo tramitam de forma digital por meio do sistema SEI nº 0060601067.000075/2023-19<sup>1</sup>, e esta Decisão Final segue junto à intimação.

Informamos, também, que o Recurso Administrativo e a documentação probatória podem ser enviados para o e-mail **"recursoadministrativodgg@adepe.pe.gov.br"**, preferencialmente, e/ou entregues no Setor de Protocolo, na sede da ADEPE.

**Ressalta-se que, expirado o prazo para interposição do Recurso Administrativo, operar-se-á, imediatamente, a aplicação das sanções indicadas acima,** devendo a W. B. DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 09.079.072/0001-40, recolher aos cofres da Adepe, no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos** contados do recebimento da comunicação oficial, o valor de **R\$ 50.642,58** (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis à constrição do crédito devido à ADEPE, o que desde já se encontra autorizado.

<sup>1</sup>**Link para usuário externo acessar o SEI:**

[sei.pe.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

Na data da assinatura eletrônica.

**Arlindo Henrique Tabosa Pereira**

Diretor-Geral de Gestão  
Autoridade Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Arlindo Henrique Tabosa Pereira**, em 06/11/2024, às 09:05, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51247138** e o código CRC **B433C858**.

Av. Conselheiro Rosa e Silva, 347 - Bairro Graças - Recife/PE

Telefone: (81) 3181-7300 - ADEPE - SJ

[www.adepe.pe.gov.br](http://www.adepe.pe.gov.br) - [adepe@adepe.pe.gov.br](mailto:adepe@adepe.pe.gov.br)